



Editorial

Caro Leitor,

Este número do Alerta, o 94, procura levar até si, embora de forma sumária, as atividades desenvolvidas no e pelo nosso Tribunal de Contas e nos nossos congéneres do espaço CPLP (OISC/CPLP).

Mereceram destaque neste número a entrega na tarde do dia 2 de maio do Relatório Anual de Atividades (RAA) do ano de 2024 ao Sr. Presidente da Assembleia Nacional (em substituição) Eng.º Emanuel Barbosa, a participação dos Auditores do TCCV nos trabalhos de planeamento da Auditoria Coordenada à Violência baseada no Género, que tiveram lugar em Maputo, de entre outras.

Nas breves da CPLP, damos-lhe nota do TCU Brasil — que representa instituições superiores de controle em reunião do BRICS, da nova Presidente do TA-Tribunal Administrativo de Moçambique, e ainda do TCP-Tribunal de Contas de Portugal que organizou uma interessante Conferência onde se debateram riscos e desafios éticos da utilização da inteligência artificial.

**Tenha uma boa leitura,
A Direção**

Presidente do Tribunal de Contas entrega o Relatório Anual de Atividades de 2024 ao Parlamento



, na tarde do dia 2 de maio.

O Presidente do Tribunal de Contas, Dr. **João da Cruz Silva**, procedeu à entrega formal do RAA - Relatório Anual de Atividades de 2024 ao Presidente da Assembleia Nacional, em exercício, Eng.º **Emanuel Barbosa**

O Presidente do Tribunal de Contas que por inerência é Presidente do Conselho de Prevenção da Corrupção, aproveitou a oportunidade para também fazer a entrega do RAA - Relatório Anual de Atividades de 2024 desta autoridade administrativa Independente.

Na ocasião, o responsável máximo por essa Instituição de Controlo, fez-se acompanhar pelo juiz conselheiro, Dr. Victor Monteiro.

Globalmente houve um desempenho positivo em 2024, face aos Planos Anuais de Atividades aprovados.

Os RAA 2024 ficam disponibilizados nas páginas web do Tribunal de Contas e do Conselho de Prevenção da Corrupção respetivamente para consulta pelos interessados.

Auditores do TCCV participam do Planeamento da Auditoria Coordenada à Violência Baseada no Género

Em abril (de 2 a 6) de 2024, aconteceu, na Praia e sob os auspícios da **Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC/CPLP-TL)** o lançamento de uma **Auditoria Coordenada sobre a Violência Baseada no género**. Em Maputo, teve lugar a sessão de planificação da referida Auditoria e contou



representações das ISC de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Recorde-se que no mês de maio p.p. o TA- Tribunal Administrativo de Moçambique acolheu o Workshop de Planificação da Auditoria sobre Violência de Género nos PALOP-TL, que discutiu e validou a matriz de planeamento da auditoria coordenada, abrangendo aspetos como questões de auditoria, papéis de trabalho, ferramentas de recolha e consolidação de dados, entre outros tópicos fundamentais. Este exercício que contou com a participação dos Auditores do Tribunal de Contas de Cabo Verde, Dres. **Magui dos Anjos Lopes e Elizângelo Barros**, registou apelos contundentes à implementação criteriosa das ações delineadas e à continuidade da cooperação entre as ISC dos sete países envolvidos.

Durante os cinco dias de trabalhos, os representantes das ISC de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Moçambique, em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU) do Brasil e instituições parceiras como a Organização Latino-Americana e das Caraíbas das Entidades Fiscalizadoras Superiores (OLACEFS), da Agência de Cooperação Alemã (GIZ), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA/UN Women) aprofundaram os fundamentos técnicos da auditoria, validaram a matriz de planeamento e delinearam estratégias para uma ação fiscalizadora mais eficaz e sensível à questão da VBG.

O Venerando Juiz Conselheiro **Amílcar Ubisse**, Presidente da Segunda Subsecção da Secção de Contas Públicas do Tribunal Administrativo de Moçambique, sublinhou: "de uma coisa devemos ter certeza, fazendo bem esta nossa auditoria teremos, sem dúvida, dado uma grande contribuição para uma maior Justiça social e, sobretudo, para um desenvolvimento acelerado dos nossos países".



A expectativa é que a auditoria, cuja implementação se inicia, ainda, este ano, venha a fornecer dados concretos, diagnósticos precisos e recomendações robustas, que contribuem efetivamente para a prevenção e combate à violência baseada no género em toda a comunidade dos PALOP-TL.

TCU Brasil — Representa instituições superiores de controle em reunião do BRICS



O Tribunal de Contas da União (TCU) marcou presença na segunda reunião de sherpas do BRICS, realizada no dia 24 de abril, no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro.

O secretário de Relações Internacionais do TCU (Serint), **Hugo Chudyson Freire**, participou do encontro como representante das instituições superiores de controle (ISC) do bloco.

Pela primeira vez desde a criação do BRICS, representantes da sociedade civil tiveram espaço formal para apresentar propostas diretamente aos negociadores oficiais dos países-membros. A sessão conjunta entre os sherpas e lideranças do pilar "People-to-People" (P2P) simboliza mudança significativa no processo decisório do bloco, reforçando o compromisso da presidência brasileira com a inclusão e o diálogo social.



O evento contou com a presença de representantes de conselhos empresariais, **think tanks**, movimentos sociais, sindicatos e governos locais. Os participantes levaram contribuições sobre temas como desenvolvimento sustentável, governança global, educação, saúde, igualdade de gênero e industrialização do Sul Global.

Em seu discurso, o titular da **Serint** destacou o papel dos órgãos de controle na promoção da transparência, responsabilidade e eficiência da administração pública. Freire apresentou o documento "**Contribuições Técnicas sobre o papel das ISC e o uso da Inteligência Artificial**", aprovado pelos tribunais de contas do bloco em 11 de abril. O texto propõe ações concretas tanto para as ISC quanto para os governos nacionais, com foco na governança ética e responsável da IA.

Entre os compromissos assumidos pelas instituições de controle estão a realização de auditorias sobre o impacto da tecnologia nas políticas públicas e o intercâmbio de boas práticas. Já as recomendações aos governos incluem inclusão digital, regulação justa, avaliação de impactos e uso eficiente de recursos.

"Nossas contribuições abordam o que esperamos dos governos: fortalecimento de políticas e programas nacionais de inclusão digital; desenvolvimento de marcos regulatórios que assegurem justiça no uso da IA; formulação e adoção de estratégias para avaliar o impacto da IA nas políticas públicas; uso responsável e eficiente dos recursos destinados à implementação dessas tecnologias; distribuição e ampliação dos benefícios da IA; incorporação ampla da IA nos processos de transformação digital do setor público; e criação de mecanismos de monitoramento e avaliação para as políticas relacionadas à IA", explicou o dirigente do Tribunal.

As propostas apresentadas durante a reunião serão consolidadas em documentos oficiais e analisadas pelos negociadores nas próximas etapas do processo, com expectativa de resultados concretos para a Cúpula de Líderes do BRICS, marcada para os dias 6 e 7 de julho, também no Rio de Janeiro.



TAM- Tribunal Administrativo de Moçambique tem nova Presidente



O TA - O Tribunal Administrativo de Moçambique tem uma nova líder. Trata-se da Magistrada **Ana Maria Gemo Bié**, nomeada por despacho presidencial, ao abrigo das competências conferidas ao Presidente da República, após consulta ao Conselho Superior da Magistratura Judicial Administrativa (CSMJA). A nova Presidente do TA é

magistrada de carreira, com vasta experiência na Magistratura do Ministério Público e em matérias de jurisdição administrativa e financeira. Anteriormente, representou a Procuradoria-Geral da República junto à Terceira Secção do TA (Secção de Contas Públicas). Ao longo de sua trajetória, exerceu funções de Diretora do Gabinete Central de Combate à Corrupção (2008), foi Procuradora-Chefe da Província de Maputo e atuou como Magistrada do Ministério Público, na 2.ª Secção Laboral do Tribunal Judicial da Província de Maputo. Sua carreira na magistratura teve início na 10.ª Secção Criminal do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo (1999-2000), onde, posteriormente, atuou, entre 2000 e 2007, como Magistrada do Ministério Público, na 7.ª Secção Criminal.

Ana Maria Gemo Bié sucede a **Lúcia Maximiano do Amaral**, que esteve à frente do TA e do CSMJA, desde abril de 2020.

TC Portugal — Conferência debateu riscos e desafios éticos da utilização da inteligência artificial



O desenvolvimento tecnológico e, em especial, a utilização de determinados modelos de Inteligência Artificial "abrem novas oportunidades, de maior eficiência e eficácia na ação das organizações. Mas trazem também novos (e renovados) riscos éticos", afirmou **Filipa Urbano Calvão**, Presidente do Tribunal de Contas, na sessão de abertura da Conferência "Tecnologia e Ética - Imperativo de Diálogo", realizada esta quarta-feira, no auditório da Ordem dos Contabilistas Certificados, no âmbito das celebrações do Dia da Integridade.



Depois de elencar os riscos a que a Administração Pública e os Tribunais não estão imunes - como a intrusão na vida privada ou de vigilância excessiva, de discriminação ou perpetuação de preconceitos, de erro ou de ausência de ponderação humana nos processos decisórios - **Filipa Urbano Calvão** defendeu a necessidade de "definir, avaliar e reavaliar, regularmente, regras de conduta que ajudem a prevenir a sua concretização".

Aposentação merecida da funcionária do TCCV, Sra. Clementina Miranda Gonçalves



O Tribunal de Contas despede oficialmente da mais recente funcionária aposentada, **Clementina Miranda Gonçalves**, que encerra um importante capítulo de sua trajetória com a chegada da merecida aposentação publicada no Boletim Oficial n.º 82, II Série de 6 de maio de 2025.

A aposentação não é o fim de um caminho, mas o início de uma nova jornada, com mais tempo para cuidar de si, viver novas experiências e colher os frutos de tudo o que construiu ao longo da vida profissional.

Agradecemos profundamente o seu empenho demonstrado ao longo da sua carreira e desejamos-lhe uma aposentação repleta de saúde, felicidade e momentos felizes junto dos seus entes queridos.

Tribunal em Sessões Plenárias



O Tribunal de Contas reuniu-se em Sessões Plenárias e em Conferência da IIª e IIIª Secção, tendo apreciado os seguintes documentos.



PLÉNARIO DO TRIBUNAL DE CONTAS

CONFERÊNCIA DA II SECÇÃO

Sessão ordinária do dia 02 de junho de 2025:

- Apreciação e deliberação sobre o projeto de Relatório de VIC do Embaixada de CV em Bruxelas de 2017 - **Relatório Aprovado e Conta Homologada com recomendações**
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de Relatório de VIC da Município de S. Salvador do Mundo de 2015 - **Relatório Aprovado e Conta Homologada com recomendações**
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de Relatório de VIC do Liceu Amílcar Cabral de 2015 - **Relatório Aprovado e Conta Homologada com recomendações**
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de Relatório de VIC do Município de Tarrafal de S. Nicolau de 2015 - **Relatório Aprovado e Conta Homologada com recomendações**
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de Relatório de VIC da INIDA de 2017 - **Relatório Aprovado e Conta Homologada com recomendações**
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de Relatório de VIC da Escola Técnica Grão-Duque Henri de 2015 - **Relatório Aprovado e Conta Homologada com recomendações.**

CONFERÊNCIA DA III SECÇÃO

Sessão ordinária nº 02/2025 de 02 de junho:

Nota Informativa n.º 01/2025, de 26 de junho

- Recurso ordinário n.º 02/2025
Recorrente: Presidente da Câmara Municipal de S. Miguel
Recorrida: 1ª Secção do Tribunal de Contas
Decisão: Procedente